



DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao Ministro nº 19974.100716/2019-45

Processo originário JUCESP nº 995007/19-6

Recorrente: Padaria Merci Vila Romana Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Espaço Merci Ltda.)

I. Recurso ao Ministro. Nome Empresarial. Não Colidência. Não são suscetíveis de proteção ou exclusividade os nomes empresariais formados por expressões comuns, de uso generalizado ou vulgar, do vernáculo nacional ou estrangeiro.

II. Recurso pelo conhecimento e não provimento.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao Ministro interposto pela sociedade empresária PADARIA MERCI VILA ROMANA LTDA., contra a decisão do Egrégio Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), que deliberou pelo não provimento do Recurso ao Plenário nº 990.069/18-7, por entender que não há colidência entre os nomes empresariais comparados, mantendo o arquivamento dos atos constitutivos da empresa recorrida e vem a esta instância superior, para exame e decisão ministerial (fls. 2 a 7 - 3427458).

2. Tem-se que o presente processo originou com Recurso ao Plenário apresentado pela empresa PADARIA MERCI VILA ROMANA LTDA., em face da decisão singular que concedeu o arquivamento dos atos constitutivos da empresa ESPAÇO MERCI LTDA., sob a alegação da existência de colidência entre os nomes empresariais (fls. 2 a 5 - 3427501).

3. Devidamente notificada a empresa recorrida apresentou suas contrarrazões (fls. 51 a 54 - 3427501).

4. Mediante o Parecer CJ/JUCESP nº 1352/2018 (fls. 60 a 64 - 3427501), a Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, entendeu que:

8 - Sem embargo, constato que o núcleo das denominações em questão, "MERCII", se trata de

uma palavra de uso comum oriunda do francês que significa "obrigado", no sentido de agradecer, "misericórdia" ou "mercê", não demonstrado que o nome empresarial da recorrente e da recorrida são compostas por núcleo incomum, nos termos do art. 9º alínea "c" já mencionado, até por existirem inúmeras outras empresas com este núcleo em seus nomes, o que submete a análise da colidência ao cotejo dos nomes empresariais por inteiro, conforme disposto no artigo 8º, inciso II, alínea 'a', acima sublinhado.

9 - Analisando os nomes das interessadas dá-se o acréscimo dos elementos "Padaria (...) Vila Romana" e "Espaço (...) EIRELI". Não observo homografia (identidade), tampouco homofonia (semelhança), em conformidade com a legislação acima transcrita.

(...)

11 - Posto isso, não reconheço a semelhança das denominações sociais, considerando que os núcleos não são suscetíveis de exclusividade, e como demonstrou a análise dos nomes empresariais completos, pode-se constatar a existência de elementos diferenciais que afastam a possibilidade de se admitir a alegada colidência. Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem apresentar risco de provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

12 - Por fim, opino no sentido de **negar provimento ao recurso protocolado**.

5. O Vogal Relator acompanhou a manifestação da Procuradoria e votou pelo não provimento ao recurso (fl. 72 - 3427501).

6. Submetido o processo a julgamento, o Eg. Plenário da JUCESP, em sessão ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2018, por unanimidade, deliberou por negar provimento do recurso, nos termos do voto do Vogal Relator, conforme posicionamento da Procuradoria (fl. 74 - 3427501).

7. Irresignada com a r. decisão, a empresa recorrente interpõe, tempestivamente, recurso a esta instância superior^[1].

8. Devidamente notificada a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fl. 26 - 3427458).

9. Notificada a se manifestar a Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, por meio da Manifestação CJ/JUCESP nº 200/2019, reiterou os termos do Parecer CJ/JUCESP nº 1352/2018 (fl. 29 - 3427458).

10. A seu turno, os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

11. Nos termos da [Portaria Interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019](#), dos Ministros da Economia e da Casa Civil, que delegou competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da [Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#), passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

12. Objetiva o presente recurso reformar a decisão do Eg. Plenário da JUCESP, que entendendo pela inexistência da identidade ou semelhança entre os nomes empresariais, negou provimento ao apelo.

13. Assim, importante ressaltar, que para o esclarecimento da questão relativa aos nomes iguais ou

semelhantes, há que se observar a [Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013](#), aplicando-se, para o caso em tela o art. 8º, inciso II, alínea “a” c/c o art. 9º, alínea "c", que dispõem:

Art. 8º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM:

(...)

II - entre denominações:

a) consideram-se os nomes por inteiro, quando compostos por expressões comuns, de fantasia, de uso generalizado ou vulgar, ocorrendo identidade se homógrafos e semelhança se homófonos;

Art. 9º Não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem:

(...)

c) termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro, assim como quaisquer outros de uso comum ou vulgar;

14. No campo do nome empresarial, a apreciação da colidência, examinada pela Junta Comercial, tanto na hipótese dos nomes completos, como das expressões de fantasia ou características, deve cingir-se ao aspecto formal e aparente, vez que a existência do erro ou confusão não se vincula ao gênero de comércio ou indústria, embora possa influir como agravante dessa condição.

15. No caso concreto, comparando-se os nomes:

PADARIA MERCI VILA ROMANA LTDA.

e

ESPAÇO MERCI LTDA.

Temos que:

a) não são iguais, por não serem homógrafos;

b) não são semelhantes, por não serem homófonos.

16. Aplica-se, pois, a hipótese prevista no art. 8º, inciso II, alínea “a” c/c a alínea "c" do art. 9º da Instrução Normativa mencionada, vez que a expressão preponderante “MERCÍ”^[2], integrante dos nomes empresariais da recorrente e recorrida, são de uso generalizado ou comum, não podendo ser tomado como exclusivo. Portanto, podem as denominações coexistir perfeitamente.

17. Assim sendo, a análise é feita considerando-se os nomes por inteiro, em que se pode constatar a existência de outros elementos diferenciais, que afastam qualquer possibilidade de se admitir a alegada colidência. Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

18. Nem mesmo a alegação da recorrente de possuir o registro de marca do nome fantasia "MERCÍ" gera a exclusividade perante o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, que trata da proteção ao nome empresarial, estando a questão sobre marca afeta ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

CONCLUSÃO

19. Dessa forma, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, que implicam concluir-se pela inexistência de identidade ou semelhança dos nomes empresariais por inteiro, a ponto de gerar erro ou confusão na identificação de ambas as sociedades, opinamos pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo por conseguinte, a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

JESUÍNA ARRUDA DINIZ QUEIROZ

Coordenadora

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi delegada pela Portaria Interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019, dos Ministros da Economia e da Casa Civil, NEGO PROVIMENTO ao Recurso ao Ministro nº 19974.100716/2019-45, para que seja mantida a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez que não foi constatada a existência da alegada colidência, nos termos do art. 8º, inciso II, alínea "a" c/c a alínea "c" do art. 9º da Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013.

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

Diretor

[1] Art. 50. Todos os recursos previstos nesta lei deverão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias úteis, cuja fluência começa na data da intimação da parte ou da publicação do ato no órgão oficial de publicidade da junta comercial. ([Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#)).

A recorrente foi notificada em 05/02/2019 (fl. 92 - 3427501) e interpôs o Recurso ao Ministro em 13/02/2019 (fl. 2 - 3427458), estando portanto tempestivo.

[2] Merci: obrigado. (Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/escolar-frances/busca/frances-portugues/merci/>)



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Santa Cruz Ramos, Diretor(a)**, em 19/08/2019, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jesuína Arruda Diniz Queiroz, Coordenador(a)**, em 19/08/2019, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3507334** e o código CRC **0F7112EF**.
